

**A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA  
A PARTIR DAS PERSONAGENS DE “OLHOS D’ÁGUA”,  
DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

*Mariana Marujo Velloso (UENF)*  
marimveloso@gmail.com

**RESUMO**

Esta comunicação traz os resultados de pesquisa da obra “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo, quanto às repercussões de gênero que marcam a experiência de suas personagens. A categoria de análise adotada foi a teoria de gênero, assumido como elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 2019) e, ainda, como produto de uma construção social, que não pode prescindir do indivíduo, cuja agência se dá em arranjo de sanções e prescrições coletivamente compartilhadas e produzidas (BUTLER, 2019). Em atenção ao fato de que a categoria de gênero não pode ser assumida como categoria isolada das demais opressões socialmente vivenciadas, sob pena de ter esvaziada a sua capacidade científica, a análise levou em conta também as implicações de raça, classe, colonialidade e sexualidade. Raça e classe, particularmente, assume a centralidade da análise, ao lado de gênero, considerando que as mulheres personagens dos contos são negras e, em maioria, moradoras de áreas marginalizadas nas cidades. Por abranger questões amplas – desde a mais íntima subjetividade da personagem que não lembra a cor dos olhos de sua mãe, até brutas violências sociais, como assassinato – o livro permite reflexões sobre questões que instigam os estudos interseccionais de gênero e literatura. Evaristo cunhou o termo “escrivência” para falar do modo como parte de si, de sua vivência, para a construção das obras literárias. A pesquisa aponta que, transformando a narrativa de si em personagens como as dos contos pesquisados, a autora materializa conceitos caros aos estudos de gênero, raça e classe.

**Palavras-chave:**

**Gênero. Raça. Crítica literária feminista.**

**ABSTRACT**

This communication presents the results of research on the book “Olhos d’água”, by Conceição Evaristo, regarding the gender repercussions that mark the experience of its characters. The category of analysis adopted was the theory of gender, assumed as a constitutive element of relations based on the perceived differences between the sexes (SCOTT, 2019) and, furthermore, as a product of a social construction that can not do without the individual, whose agency takes place in an arrangement of sanctions and prescriptions collectively shared and produced (BUTLER, 2019). The analysis also took into account the implications of race, class, and sexuality. Race and class, in particular, take center stage, along side gender, considering that the characters in the stories are black and mostly residents of marginalized areas in cities. By covering broad issues, the book allows reflections on questions that instigate the intersectional studies of gender and literature. Evaristo coined the term “escrivência” to talk about the way she uses her own experience to construct her literary works. The research points out that, by transforming the narrative of herself into characters like those in

the short stories researched, the author materializes concepts that are important to gender, race, and class studies.

**Keywords:**

**Gender. Race. Feminist literary critics.**

À produção científica forjada no espaço geopolítico que conveniou-se chamar de Ocidente foram atribuídos um método e uma razão tais que os seus resultados e conclusões passaram a ser considerados a “realidade objetiva” (FARGANIS, 1997, p. 224), como algo absolutamente livre das vicissitudes da subjetividade. Este modelo de ciência, embora ainda longe de ser totalmente superado, teve predominância especial em grande parte do século XX (*Ibidem*, p. 225). A epistemologia feminista tem importante contribuição na tentativa de lançar luz sobre as fragilidades das pretensões científicas nestes termos<sup>3</sup>. Neste sentido, Farganis (*Ibidem*, p. 224) pontua que “o conhecimento do mundo é socialmente construído e, dentro do mundo em que vivemos, determinado pelo gênero” – desta forma, e ainda de acordo com a autora, o gênero molda não apenas quem nós somos, mas também como pensamos e, consequentemente, como produzimos ciência.

Como afirma Jaggar (1997), a pretensa pureza do método científico ocidental, que se reputa livre de emoções e valores, na verdade, oculta uma escolha política pelos valores sociais predominantes, inclusive em relação às problemáticas que podem ser objeto de investigação pela ciência. Assim, ainda de acordo com a autora (*Ibidem*), até mesmo a epistemologia, baseada nos postulados positivistas, também incorpora valores e emoções, de modo que, em vez de insistir na vã tentativa de sua supressão, é necessário “repensar a relação entre conhecimento e emoção e construir modelos conceituais que demonstrem a relação mutuamente constitutiva em vez da relação oposicional entre razão e emoção”. No que diz respeito às emoções feministas especificamente, Jaggar (1997) entende que são emoções que “proporcionam uma motivação política à investigação e ajudam, assim, a determinar a seleção de problemas e o método pelo qual são investigados”. A autora, desta forma, está inscrita na mesma corrente das anteriormente citadas, em relação à ideia de que mulheres podem produzir pesquisa crítica sobre as opressões por elas ex-

---

<sup>3</sup> Sobre o tema, Dias (2019, p. 358) afirma: “Os estudos feministas participam ativamente do processo de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível a necessidade de determinar novos métodos mais condizentes com a política das mulheres. Criticar totalidades e estereótipos universais é, portanto, a principal opção teórica das estudiosas feministas.”

perimentadas socialmente. Neste sentido, afirma que “é provável que as respostas emocionais de pessoas oprimidas, em geral, e de mulheres, em particular, sejam mais apropriadas do que as respostas emocionais da classe dominante” (*Ibidem*, p. 176).

Neste contexto, pontuo que escrever, para mim, como para Kilomba (2019, p. 28), “emerge como um ato político”. E, vale ressaltar, esta não é uma característica exclusiva dos escritos de mulheres na área relativa ao gênero – tampouco de outros grupos tradicionalmente oprimidos quando pesquisam suas próprias opressões –, mas verdadeiramente comum a todos/as os/as autores/as e a todos os textos. Qualquer sinalização em contrário, comumente feita por pesquisadores da elite intelectual, significa, na verdade, escamoteamento das relações de poder que autorizam, a certos discursos, a pretensão de neutralidade (Cf. KILOMBA, 2019).

Este trabalho se situa na interdisciplinaridade entre os estudos de gênero e a teoria e crítica literárias. Como afirma Schmidt (2017, p. 31), “o que a crítica feminista tem feito, no campo dos estudos literários, é politizar o que sempre foi político”. Ainda segundo a autora,

A voltagem da crítica feminista funda uma nova política de saberes/poderes, a começar pela reconstrução de subjetividades e identidades com o poder de nomear e dizer o que foi silenciado, o que poderá vir a balizar outros quadros de referenciais teóricos, de leitura e de interpretação, bem como novas compreensões institucionais do sentido e da função social da literatura, visto que o literário inscreve a potencialidade da arte que é a de interpelar, a partir do registro mais individual e pessoal, a experiência do coletivo. Trata-se, em suma, de um investimento de caráter ético, com vistas à construção de um pensamento diferencial que possa deslocar o universalismo abstrato construído pelo colonialismo intelectual engendrado na perspectiva de uma história única. (SHMIDT, 2017, p. 32)

hooks<sup>4</sup> (2019) prefacia a sua teoria feminista explicando que o que ensajou a escrita da obra foi o “desejo de explorar todas as possibilidades” da margem ao centro, a fim de conferir-lhe completude, pois está convicta de que uma teoria mais visionária “irá emergir daqueles indivíduos que possuem um conhecimento tanto da margem quanto do centro”. Como autora negra, está especialmente preocupada com a capacidade do feminismo de enxergar e tratar das opressões que atingem, de maneira não uniforme, as diferentes mulheres.

---

<sup>4</sup> “bell hooks” é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins e a autora opta pela grafia de seu nome em letras minúsculas por acreditar que, desta forma, não retira o foco das suas ideias. Em respeito à sua preferência, mantenho neste texto o seu nome grafado sempre em caixa baixa.

A teoria de gênero é importante para a análise que proponho no presente trabalho. Trata-se de categoria que põe em questão a construção social das noções tradicionais sobre homens, mulheres e as possibilidades que lhes são franqueadas enquanto tais. Neste ponto, é importante considerar a definição de gênero formulada por Scott (2019), que indica que

[...] o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 2019, p. 67)

Para Scott (*Ibidem*, p. 50), gênero funciona, então, como a “organização social da relação entre os sexos”. Ainda de acordo com a autora, o uso mais recente da categoria gênero foi inicialmente assumido pelas feministas estadunidenses, que buscavam enfatizar o caráter social das distinções baseadas nos sexos e, desta forma, rejeitar o determinismo biológico que sustentava – e ainda sustenta – as teorias e iniciativas de resistência ao pensamento feminista. A autora não se opõe à ideia de que existam, de fato, diferenças entre os corpos, mas afirma, por outro lado, que estas diferenças apenas ganham significado por meio de “aspectos culturais e sociais” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 34). Assim, para Scott, sexo é um conceito subsumido ao de gênero, “o qual, por sua vez, só se processa no discurso” (*Idibidem*).

Quando Beauvoir (2019, p. 9) questiona se “haverá mulher” e, em seguida, afirma que não basta ao ser humano ser do sexo feminino para ser mulher, mas cumpre a ele, ainda, “participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade”, apresenta-se como dedução subsequente o fato de que “‘mulher’ – e consequentemente qualquer gênero – é uma situação histórica e não um fato natural” (BUTLER, 2019, p. 215). O corpo passa, assim, a ser admitido como “um conjunto de possibilidades”, de modo que “as pessoas não são seus corpos, mas *fazem*<sup>5</sup> seus corpos” (*Ibidem*, p. 215-16). Neste sentido, em complementação à percepção de Beauvoir, Butler (*Ibidem*) afirma que, além de ser uma situação histórica, o corpo funciona também como “uma feitura, uma dramatização e uma *reprodução*<sup>6</sup> de certa situação histórica”. A categoria mulher, portanto, longe de ser determinada por uma lógica biológica, apenas existe a partir de uma construção social, que não pode prescindir do indivíduo mas cujo aperfeiçoamento se dá numa esfera não individual, que

---

<sup>5</sup> Destaque meu.

<sup>6</sup> Destaque da autora.

obedece a sanções e prescrições coletivamente compartilhadas e produzidas (*Idibidem*). O gênero, então, não é uma escolha meramente individual tampouco se configura como pura imposição sobre os indivíduos, mas se caracteriza por uma zona de interação constante entre os atos individuais e a ordem das sanções e prescrições externas (*Idibidem*).

Os referenciais teóricos até aqui apontados serviram de base ao estudo da obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo. O livro, publicado em 2014, é composto por quinze contos, cujas personagens são majoritariamente mulheres em contextos de pobreza e violência urbana. Ciente das limitações do presente trabalho, limito a análise a quatro contos, escolhidos a partir de sua articulação com as temáticas aqui em exame – sendo eles, “Olhos d'água”, “Maria”, “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos” e “Ayoluwa, a alegria de nosso povo”.

A narradora do conto “Olhos d'água”, já adulta, dá-se conta de que não lembra a cor dos olhos de sua mãe e, em resgate de memórias da infância, passa pelos episódios de fome suportados por ela, sua mãe e as seis irmãs mais novas. Conta, com ternura e clareza, das brincadeiras que a mãe inventava para distrair a fome de suas filhas. A narradora, que deixou a casa de sua família “em busca de melhor condição de vida” (EVARISTO, 2016b, p. 18), fala com afeto da importância da mãe em sua trajetória e vai além, como destaque no trecho a seguir:

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. (EVARISTO, 2016b, p. 18)

A narradora, que, no dia seguinte, ao visitá-la na urgência de ver a cor de seus olhos, descobre, então, que a mãe tinha olhos “cor de olhos d'água”, inundados por “lágrimas e lágrimas”, enfeitados por “prantos e prantos” (*Idibidem*). Em um abraço, sente as lágrimas da mãe se misturarem às suas. Ao final do conto, quando se volta à tentativa de descobrir a cor dos olhos de sua filha, é por ela surpreendida com a pergunta: “Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?”. A ancestralidade, honrada pela personagem, parece, então, ao final do conto, materializar-se em seu corpo – em seus olhos, d'água, como os daquelas que choraram para lhe trazer até ali; como ela, agora, chora pela filha.

Como afirma Gonzalez (2020, p. 142), na América Latina, milhões de mulheres “pagam um preço muito alto por não serem brancas”.

Carneiro (2011, p. 121) destaca que sistematicamente a questão da mulher negra foi “secundarizada na suposta universalidade de gênero” e afirma também que, no mercado de trabalho, a dimensão racial assume importância ainda mais forte, de modo que mulheres negras são preteridas, tanto no acesso quanto nas promoções, em relação às mulheres brancas. A autora traz dados de 2011 que demonstraram que 79,4% da mão de obra feminina negra se concentravam em atividades manuais (ibidem, p. 128). Carneiro (*Ibidem*, p. 130) retoma, então, a expressão “matriarcado da miséria”, cunhada pelo poeta Arnaldo Vieira, a fim de enfatizar a exclusão que marca a experiência histórica das mulheres negras brasileiras, cujos indicadores sociais não deixam dúvida sobre a sua situação de extrema vulnerabilidade.

A pobreza e a precariedade da condição social da mulher são também muito marcadas no conto “Maria”, no qual é narrado o assassinato da empregada doméstica no seu percurso de volta para casa depois de um dia de trabalho, quando carregava os “restos” da festa da casa da patroa. Ao entrar no ônibus, Maria encontrou o pai de um de seus filhos. Enquanto se atualizavam sobre a vida um do outro, Maria sentia saudades do tempo que haviam vivido juntos e pensava que “Era tão difícil ficar sozinha!” (EVARISTO, 2016b, p. 40). O homem, que se limitava a cochichos, mandou “um abraço, um beijo, um carinho do filho” (ibidem, p. 41). Logo após, sacou uma arma e, acompanhado de outro homem posicionado no fundo do ônibus, anunciou um assalto. O comparsa de seu companheiro passou por ela e, diferente do que fazia com todos os outros passageiros, não lhe pediu nada. Depois da saída dos assaltantes, “alguém gritou que aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes” (*Idibidem*), ao que se narra que Maria não conhecia assaltante algum, mas conhecia o pai de seu primeiro filho. As vozes contra Maria se avolumaram até chegarem ao grito de “Lincha! Lincha! Lincha!...” (*Ibidem*, p. 42), com passageiros voando em sua direção. O corpo de Maria, que “queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho”, foi dilacerado e pisoteado.

A categoria de gênero não pode ser assumida como categoria máxima e isolada das demais opressões que atravessam as experiências sociais dos indivíduos – e, no caso em análise, especificamente das mulheres personagens dos contos –, sob pena de ter esvaziada a sua capacidade de servir à análise científica. Sendo assim, lembro a afirmação de Lorde (2019, p. 174) no sentido de que “não existe luta por uma questão única porque não vivemos vidas com questões únicas”, bem como a de Davis

(2018, p. 99), para quem “o feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que o gênero”.

A preocupação com a inexistência de algo universal a que se pudesse intitular “feminismo” ou mesmo “mulher”, em resposta às iniciativas precursoras do movimento feminista contemporâneo – que, em geral, representavam os conflitos e interesses de uma minoria branca de classe média e alta –, assumiu suas primeiras formas a partir das reivindicações de mulheres negras, “a maioria silenciosa”, que não se viam contempladas pela pauta feminista hegemônica (HOOKS, 2019). Quanto a isto, em análise sobre a recepção da obra no movimento feminista, com repercussões ainda atuais, hooks (*Ibidem*, p. 27) lembra que “‘The Feminine Mystique’ (“A Mística Feminina”), de Betty Friedman, ainda é apontado como um precursor do movimento feminista contemporâneo”, apesar de elaborar as questões da mulher como se muitas delas sequer existissem. O “problema que não tem nome”, citado por Friedman em sua obra, descrevia o confinamento da mulher no lar, limitada ao trabalho doméstico, numa época em que mais de um terço das mulheres já compunha a força de trabalho no mercado. A realidade de confinamento ao lar era, portanto, restrita a “um seleto grupo de esposas brancas das classes média e alta, com nível superior”, de modo que a abordagem do livro “simplesmente ignora a existência de todas as mulheres que não são brancas ou que são brancas, porém pobres” (*Idibidem*). Desta forma, Friedman tratou como universal a realidade própria de um recorte social muito específico. Em sentido próximo ao abordado por bell hooks, em comentário sobre o fracasso de algumas abordagens feministas em tratar da raça, Kilomba (2019, p. 104) afirma tratar-se de algo que replica o racismo, na medida em que as feministas se interessavam por combater a opressão imposta pelo patriarcado, mas não refletiam sobre suas próprias posições “como brancas em uma sociedade supremacista branca”.

A fim de melhor compreender estas questões em relação ao contexto brasileiro, resgato a explicação de Nascimento (2019), segundo a qual a sociedade brasileira, desde a época colonial, é organizada de maneira extremamente hierarquizada – como algo a que poderíamos mesmo chamar, segundo a autora, de “sociedade de castas” (*Idibidem*, p. 259). Nessa estrutura, tradicionalmente, a mulher branca desempenha o papel de esposa e de mãe e tem a sua experiência marcada pelo ócio. A mulher negra, por outro lado, é considerada “essencialmente produtora” (*Idibidem*, p. 260) – e, neste ponto, é importante destacar que a sua produção

---

<sup>7</sup> Destaques da autora.

não se destina apenas aos senhores e senhoras da casa-grande, mas também cumpre a ela satisfazer as necessidades inclusive da escravaria e da perpetuação da mão de obra escrava, como sua reprodutora. Nascimento observa, ainda, que, mesmo na sociedade moderna, não mais sob o regime de escravidão, a relativa flexibilidade alcançada pela estratificação social não foi capaz de afastar a presença de forte fator racial na determinação da posição social dos indivíduos. Assim, a “dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes” e um dos mecanismos de seleção das pessoas que poderão preenche-los é o critério racial (*Idibidem*, p. 261). Nascimento conclui, então, que “a mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão” (*Idibidem*). É evidente, portanto, a partir destas considerações, que, desde a colonização, existem diferenças entre as experiências de mulheres brancas e negras na sociedade brasileira, essencialmente marcadas pelo critério da raça. Neste contexto, é importante destacar a expressão “enegrecendo o feminismo”, adotada pelo movimento feminista brasileiro e cujos objetivos são explicados por Carneiro (2019):

Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construído em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se compor uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2019, p. 273)

Dando relevo para essa problemática de raça no contexto de gênero, o conceito de interseccionalidade foi proposto por Kimberlé Crenshaw na virada dos anos 1980 e 1990 – embora, mesmo antes deste marco, autoras como Angela Davis, Lélia González, Audre Lorde e bell hooks já formulassem reflexões acerca das diferentes opressões que operam na experiência de vida das diferentes mulheres (Cf. MACHADO, 2019). Machado explica o contexto de surgimento do conceito:

O termo foi cunhado diante de um impasse jurídico que inviabilizava a garantia dos direitos das mulheres negras. Como a legislação norte-americana e os documentos de direitos humanos produzidos até então trabalhavam com as ideias de raça/racismo e gênero/sexismo como elementos independentes entre si, era possível garantir direitos relacionados ao primeiro par (para homens negros) e ao segundo par (para mulheres bran-

cas) sem reconhecer a experiência única das mulheres negras enquanto sujeito coletivo. (MACHADO, 2019, p. 27)

O conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw lança luz sobre os entrecruzamentos das categorias da raça e do gênero, “abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que podem ‘contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)’” (HIRATA, 2014, p. 62; CRENSHAW, 1994 *apud* HIRATA, *ibidem*). A partir de seu compromisso com a construção de um pensamento feminista negro estadunidense, Collins (2019, p. 63-7) também admite a existência de “opressões interseccionais” que marcam a localização das mulheres negras na sociedade dos Estados Unidos, de modo que elas compartilham experiências em comum apenas pelo fato de serem mulheres e negras situadas naquele país.

Curiel (2020, p. 132), contudo, chama a atenção para o fato de o conceito de interseccionalidade ser “uma proposta liberal e moderna”, apesar de ter sido concebido por uma afro-americana. A autora considera problemático o nível de autonomia que as categorias cruzadas pela interseccionalidade assumem, como “eixos de subordinação que em algum momento se separam” (*Idibidem*). Além disso, entende que o conceito não se volta suficientemente ao modo de produção das diferenças que se entrecruzam na opressão, de modo que acaba por tender a um “multiculturalismo liberal que deseja reconhecer as diferenças” – em outras palavras, ainda segundo Curiel, o conceito é definido “a partir do paradigma moderno ocidental eurocêntrico” (*Idibidem*). Em função disso, a autora propõe:

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno (CURIEL, 2020, p. 133).

Também voltada a uma investigação sobre as opressões no seio das experiências de colonialidade e gênero, Lugones (2020) chama a atenção para o problema que observa na “separação categorial” entre raça, gênero, classe e sexualidade. Em nota de rodapé, a autora explica que temos pensado gênero, raça e classe como categorias e, mais, a partir de uma lógica binária, de modo que vislumbramos os pares homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário, mas não somos capazes de compreender a “relação de intersecção” entre as categorias, de modo que Lugones defende que “a separação categorial é a separação de categorias que são inseparáveis” (*Idibidem*, p. 80). Não podemos, portanto, segundo a expli-

cação de Lugones, compreender a experiência da mulher negra apenas como mulher, tampouco apenas como negra. As categorias, separadamente colocadas, impedem que vislumbremos os reais problemas colocados pelas opressões.

Se, por um lado, é inegável a existência da opressão de gênero suportada pelas mulheres, por outro, não se pode afirmar que haja algo como “um elo comum entre todas as mulheres” (HOOKS, *op. cit.*, p. 31). Por este motivo, a abordagem que leve em conta as demais opressões é indispensável a qualquer trabalho que pretenda se debruçar sobre a problemática do gênero, como o presente. Entendo mesmo que a interseccionalidade é a própria essência da teoria de gênero. Considerando que não há uma mulher passível de apreensão em abstrato, como uma categoria assumida por essência, é imprescindível às pesquisas que se debruçam sobre o gênero identificar as múltiplas diferenças e opressões que atingem os indivíduos pontual e materialmente observados. As personagens dos dois contos analisados até aqui são exemplos caros para essa abordagem. Maria e sua patroa, por exemplo, são mulheres, mas é inegável o abismo social, construído por aparatos de raça e de classe, que divide as suas realidades. À patroa, a festa. À Maria, os restos da patroa, como o conto expressamente coloca. Carneiro (2011) afirma que

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento das ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 127-8)

As opressões de gênero, raça e classe são algo que atravessa a experiência não apenas das mulheres negras, mas também das meninas. O conto “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos” conta a história de Zaíta e Naíta, irmãs gêmeas – “Eram iguais, iguazinhas. A diferença estava na maneira de falar. Zaíta falava baixo e lento. Naíta, alto e rápido” (EVARISTO, 2016b, p. 72). As gêmeas eram as filhas mais novas de Benícia, que tinha, ainda, um filho no Exército e outro cuja narrativa do conto indica trabalhar no tráfico, a contragosto da mãe, que não aceitava as suas contribuições financeiras em casa, apesar da penúria. Zaíta tinha uma figurinha que retratava uma garotinha carregando flores, sua preferida na coleção. A irmã sempre propunha uma troca, pois desejava para si o desenho. Quando Zaíta percebeu que a figurinha havia desaparecido, acreditou, então, que Naíta pudesse tê-la pegado. Depois de espalhar os brin-

quedos procurando pela figurinha, saiu em busca da irmã – sem recolher a bagunça, apesar de saber que isso muito contrariava a mãe, que “batia nas meninas, reclamava do barraco pequeno, da vida pobre, dos filhos (...)” (*Idibidem*). Zaíta procurou em casa e “de casa em casa por todo o beco” (*Ibidem*, p. 73) e, então, “de beco em beco” (*Ibidem*, p. 74). Em casa, a mãe se deu conta de que não ouvia a voz das meninas há certo tempo e, andando aflita da cozinha, tropeçou nos brinquedos deixados espalhados, para sua raiva instantânea. Naíta, que afinal estava no barraco ao lado, escutou os berros da mãe e voltou aflita para casa. Depois de apanhar, saiu chorando em busca da irmã. Teria de contar a ela que tinha perdido a sua figurinha, com tristeza. O encontro das irmãs, entretanto, foi impedido pela brutal realidade de confrontos dos grupos rivais e entre eles e a polícia:

O irmão de Zaíta liderava o grupo mais novo, entretanto, o mais armado. A área perto de sua casa ele queria só para si. *O barulho seco de balas se misturava à algazarra infantil*. As crianças obedeciam à recomendação de não brincarem longe de casa, mas às vezes se distraíam. *E, então, não experimentavam somente as balas adocicadas, suaves, que derretiam na boca, mas ainda aquelas que lhes dissolviam a vida*. (EVARISTO, 2016b, p. 76)

Concentrada na busca por sua figurinha, Zaíta ignorava os sinais para que procurasse abrigo, frente ao tiroteio iniciado, e foi atingida mortalmente. Ao encontrar o seu corpo, a irmã “gritou entre o desespero, a dor, o espanto e o medo: – Zaíta, você esqueceu de guardar os brinquedos!” (*Idibidem*).

As vítimas da violência não são aleatórias, mas “negros, pobres, moradores das periferias, reféns da dinâmica da violência estrutural em que coadjuvam policiais corruptos, grupos de extermínio e controladores do tráfico de drogas” (CARNEIRO, 2011, p. 180). O conto se constrói a partir de um emaranhado muito intrincado de opressões, que precariza a vida das meninas a tal ponto que as ações de seu irmão em busca de uma vida que lhe permitisse alcançar mais do que sair para o trabalho e voltar pobre como foi – o que observava na vida das mulheres, dos homens e até das crianças de sua vizinhança – acabam por envolve-lo no tiroteio que tira brutalmente a vida de Zaíta.

O último conto analisado pelo presente estudo, “Ayoluwa, a alegria do nosso povo”, diz respeito ao nascimento de Ayoluwa. O povo da menina, há muito, estava desmotivado e vivendo em “escassez de tudo” – água, comida, trabalho. A fraqueza atingia até mesmo as velhas mulheres, que “sempre inventavam formas de enfrentar e vencer a dor”, mas

“não acreditavam mais na eficácia delas próprias” (EVARISTO, 2016b, p. 112). Os mais velhos do povo, então, pediam pelo fim de suas vidas e muitos de fato partiram. Os mais jovens, sem as importantes referências, tornaram-se também infelizes, matando-se a si mesmos, uns aos outros ou deixando-se morrer. As mães, contudo, não se resignavam e choravam diante dos corpos, dias e noites, no centro do povoado. O nascimento deixou de acontecer entre aquele povo, mas, em uma noite, a mulher mais jovem da roda anunciou que teria um bebê. A sua gravidez fecundou a todos pela esperança – “todos se engravidaram da criança nossa, do ser que ia chegar” (*Ibidem*, p. 113). O povo, que sempre havia inventado a própria sobrevivência, pôde resgatar a sua energia e força. O parto de Ayoluwa fez parir em todos uma nova vida. O conto se encerra em uma mensagem de esperança e solidariedade entre aquele povo: “(...) Ayoluwa, alegria de nosso povo, e sua mãe, Bamidele, a esperança, continuam fermentando a pão nosso de cada dia. E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução” (*Idibidem*).

Neste conto, a precariedade da vida – de repercussão social inegável, considerando a falta de trabalho, comida e água que atinge aquele povo e mina as suas forças, inclusive existenciais – é levada ao limite, minando a própria força vital das personagens. É simbólico que o renascimento venha de fato por meio de um parto – uma mulher dando à luz uma menina. A ancestralidade e a forte ligação entre as mulheres despontam aqui, novamente, como em “Olhos d’água”, como marca da narrativa de Evaristo e elemento-guia de suas personagens. O conto, que encerra o livro, parece destinado a sinalizar a força e a potência de um povo que, como muitos dos contos anteriores demonstram, é constantemente violentado. A vulnerabilidade é constante, mas as mulheres de Evaristo, seus filhos e seus amores combinaram “de não morrer”<sup>8</sup>.

Evaristo cunhou o termo “escrevivência” para falar do modo como parte de si, de sua vivência, para a construção de suas obras literárias. A autora fala do “premeditado ato de traçar uma escrevivência” (EVARISTO, 2016a, p. 7) ao narrar as histórias que compõem a sua obra. Nascimento (2008, p. 11 *apud* HOISEL, 2019, p. 45), sobre as questões biográficas em redes de escritas, afirma: “pois se tornou/imperativamente necessário/escrever em primeira pessoa, mas/sem ingenuidades, com todos os disfarces”. A vivência de Evaristo, então, mune a escritora de his-

---

<sup>8</sup> Referência ao título do conto “A gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2016b, p. 99-109).

tórias outras, a dar vida às suas personagens, a partir de si mesma. Transformando a narrativa de si mesma em personagens como as dos contos pesquisados, a autora materializa conceitos caros aos estudos de gênero, raça e classe, representando a realidade de mulheres brasileiras, como aqui pudemos brevemente observar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*, vol. 1: fatos e mitos. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, H.B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 213-30

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 271-89

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H.B de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, H.B de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 357-69

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016b.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-40

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [online], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOISEL, Evelina. *Teoria, crítica e criação literária: o escritor e seus múltiplos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-85

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B de (Org.). *Pensamento feminista: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social. *Lutas Sociais*, [S.l.], v. 22, n. 40, p. 23-35, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46647>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, H.B de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 259-63

NASCIMENTO, Evandro. *Retrato desnatural: (diários – 2004 a 2007)*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H.B de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 49-80